

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	20
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	45
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	472.264.376
Preferenciais	0
Total	472.264.376
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	615.470	644.368
1.01	Ativo Circulante	1.886	22.119
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	990	29
1.01.06	Tributos a Recuperar	1	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	95	90
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	800	22.000
1.01.08.03	Outros	800	22.000
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	800	22.000
1.02	Ativo Não Circulante	613.584	622.249
1.02.02	Investimentos	613.584	622.249
1.02.02.01	Participações Societárias	613.584	622.249
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	613.584	622.249

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	615.470	644.368
2.01	Passivo Circulante	256	5
2.01.02	Fornecedores	10	4
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10	4
2.01.03	Obrigações Fiscais	12	1
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12	1
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	12	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	194	0
2.01.04.02	Debêntures	194	0
2.01.05	Outras Obrigações	40	0
2.01.05.02	Outros	40	0
2.01.05.02.04	Obrigações sociais e trabalhistas	15	0
2.01.05.02.05	Partes relacionadas	24	0
2.01.05.02.06	Outras obrigações	1	0
2.02	Passivo Não Circulante	77.412	92.464
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	77.412	92.439
2.02.01.02	Debêntures	77.412	92.439
2.02.02	Outras Obrigações	0	25
2.02.02.02	Outros	0	25
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	0	25
2.03	Patrimônio Líquido	537.802	551.899
2.03.01	Capital Social Realizado	472.265	472.264
2.03.04	Reservas de Lucros	79.635	79.635
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.098	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.909	-134
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-244	-12
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.665	-122
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.909	-134
3.06	Resultado Financeiro	-5.189	0
3.06.01	Receitas Financeiras	1	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.190	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-14.098	-134
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.098	-134
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.098	-134

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.098	-134
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.098	-134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.535	-31
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-266	-134
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-14.098	-134
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	5.167	0
6.01.01.09	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.665	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	27	103
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-5	0
6.01.02.05	Outros ativos	0	-23
6.01.02.06	Fornecedores	6	0
6.01.02.07	Obrigações tributárias	11	1
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	15	3
6.01.02.09	Provisão para perdas em investimentos	0	122
6.01.03	Outros	-8.296	0
6.01.03.01	Juros pagos	-8.296	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	21.200	0
6.02.01	Dividendos recebidos	21.200	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.704	40
6.03.01	Amortização de financiamentos e debêntures	-11.704	0
6.03.02	Adiantamento para Futuro Aumento de capital recebidos	0	40
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	961	9
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	990	10

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	472.264	60.654	18.980	0	0	551.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	472.264	60.654	18.980	0	0	551.898
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.098	0	-14.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.098	0	-14.098
5.07	Saldos Finais	472.264	60.654	18.980	-14.098	0	537.800

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-133	0	-132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-133	0	-132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	40	0	0	0	40
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	40	0	0	0	40
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134	0	-134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134	0	-134
5.07	Saldos Finais	1	40	0	-267	0	-226

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115	-12
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115	-12
7.03	Valor Adicionado Bruto	-115	-12
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-115	-12
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-8.664	-122
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-8.665	-122
7.06.02	Receitas Financeiras	1	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.779	-134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.779	-134
7.08.01	Pessoal	112	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	90	0
7.08.01.02	Benefícios	22	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12	0
7.08.02.01	Federais	12	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.195	0
7.08.03.01	Juros	5.190	0
7.08.03.02	Aluguéis	5	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.098	-134
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.098	-134

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.576.549	1.594.631
1.01	Ativo Circulante	125.595	135.680
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	107.100	119.912
1.01.03	Contas a Receber	14.509	13.415
1.01.03.01	Clientes	14.509	13.415
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.263	878
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.263	878
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.723	1.087
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	388
1.01.08.03	Outros	0	388
1.02	Ativo Não Circulante	1.450.954	1.458.951
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	68.982	65.376
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.698	272
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.698	272
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	66.284	65.104
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	27.469	26.484
1.02.01.10.04	Fundos restritos	38.654	37.912
1.02.01.10.05	Outros ativos	161	708
1.02.02	Investimentos	7.363	7.363
1.02.03	Imobilizado	3.849	3.995
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.849	3.995
1.02.04	Intangível	1.370.760	1.382.217
1.02.04.01	Intangíveis	1.369.622	1.376.772
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.369.622	1.376.772
1.02.04.02	Goodwill	1.138	5.445

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.576.549	1.594.631
2.01	Passivo Circulante	83.419	72.018
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.367	5.760
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.367	5.760
2.01.02	Fornecedores	27.113	14.312
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.887	4.001
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.887	4.001
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.887	4.001
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.535	21.602
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18.763	16.917
2.01.04.02	Debêntures	765	3.131
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.007	1.554
2.01.05	Outras Obrigações	23.773	23.510
2.01.05.02	Outros	23.773	23.510
2.01.05.02.04	Outros passivos	23.773	23.510
2.01.06	Provisões	744	2.833
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	744	2.833
2.01.06.01.05	Arrendamento	744	2.833
2.02	Passivo Não Circulante	955.329	970.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	927.543	944.309
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	652.926	657.368
2.02.01.02	Debêntures	274.563	281.338
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	54	5.603
2.02.02	Outras Obrigações	10.500	10.500
2.02.02.02	Outros	10.500	10.500
2.02.02.02.06	Outros passivos	10.500	10.500
2.02.04	Provisões	17.286	15.904
2.02.04.02	Outras Provisões	17.286	15.904
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	11.717	11.258
2.02.04.02.05	Provisões para contingências	5.569	4.646
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	537.801	551.900
2.03.01	Capital Social Realizado	472.264	472.265
2.03.04	Reservas de Lucros	79.635	79.635
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-14.098	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.925	0
3.01.01	Receita líquida de serviços	57.096	0
3.01.02	Receita de construção	14.829	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.507	0
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-36.826	0
3.02.02	Custo de construção	-14.681	0
3.03	Resultado Bruto	20.418	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.571	-134
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.677	-134
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	106	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.847	-134
3.06	Resultado Financeiro	-22.372	0
3.06.01	Receitas Financeiras	2.831	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.203	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.525	-134
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.427	0
3.08.02	Diferido	2.427	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.098	-134
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-14.098	-134
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	0	-134

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-14.098	-134
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-14.098	-134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-14.098	-134

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.078	-41
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	28.796	-134
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-16.525	-134
6.01.01.02	Margem de construção	-149	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	21.695	0
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	24.522	0
6.01.01.05	Provisão para contingências	922	0
6.01.01.06	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	67	0
6.01.01.07	Provisão para conserva especial	-1.630	0
6.01.01.08	Baixa do imobilizado e intangível	-106	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.917	93
6.01.02.01	Contas a receber	-1.094	0
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-1.636	0
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-859	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-985	0
6.01.02.05	Outros ativos	937	-23
6.01.02.06	Fornecedores	12.801	112
6.01.02.07	Obrigações tributárias	-113	0
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	1.608	4
6.01.02.10	Outras obrigações	258	0
6.01.03	Outros	-20.635	0
6.01.03.01	Juros pagos	-20.635	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.944	0
6.02.02	Adições ao intangível	-9.917	0
6.02.03	Adições líquidas ao imobilizado	-27	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.947	40
6.03.01	Amortização de financiamentos e debêntures	-15.698	0
6.03.02	Adiantamento para Futuro Aumento de capital recebidos	0	40
6.03.03	Baixas de arrendamento	-6.249	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.813	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	119.912	12
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	107.099	11

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	472.264	60.654	18.980	0	0	551.898	0	551.898
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	472.264	60.654	18.980	0	0	551.898	0	551.898
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.098	0	-14.098	0	-14.098
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.098	0	-14.098	0	-14.098
5.07	Saldos Finais	472.264	60.654	18.980	-14.098	0	537.800	0	537.800

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	-133	0	-132	0	-132
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	-133	0	-132	0	-132
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	40	0	0	0	40	0	40
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	40	0	0	0	40	0	40
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-134	0	-134	0	-134
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-134	0	-134	0	-134
5.07	Saldos Finais	1	40	0	-267	0	-226	0	-226

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	77.376	-134
7.01.02	Outras Receitas	77.376	-134
7.01.02.01	Receita de serviços	62.547	0
7.01.02.02	Receita de construção ICPC 01-R1	14.829	-134
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.330	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.933	0
7.02.04	Outros	-23.397	0
7.02.04.01	Custo de construção ICPC 01-R1	-14.681	0
7.02.04.02	Serviços de terceiros e outros operacionais	-8.716	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	49.046	-134
7.04	Retenções	-22.317	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-21.695	0
7.04.02	Outras	-622	0
7.04.02.01	Apropriação de seguros	-622	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.729	-134
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.938	0
7.06.02	Receitas Financeiras	2.831	0
7.06.03	Outros	107	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.667	-134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.667	-134
7.08.01	Pessoal	10.743	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.518	0
7.08.01.02	Benefícios	2.641	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	584	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.899	0
7.08.02.01	Federais	1.733	0
7.08.02.02	Estaduais	29	0
7.08.02.03	Municipais	3.137	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.122	0
7.08.03.01	Juros	25.196	0
7.08.03.02	Aluguéis	337	0
7.08.03.03	Outras	2.589	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-14.097	-134
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-14.097	-134

Comentário do Desempenho

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos as Informações Trimestrais - ITR da Monte Rodovias S.A. (Controladora e Consolidado), bem como o Relatório dos Auditores Independentes, na data de 31 de março de 2022.

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura sendo constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor: Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), tornando-se controladora indireta.

A partir das aquisições supracitadas, a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma de rodovias situada no Nordeste brasileiro, totalizando aproximadamente 182,5 km de extensão. Sua força está no seu posicionamento estratégico, localizado no principal corredor de exportação / importação e circulação de mercadorias para mercado da região, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta "categoria A" perante a CVM. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores (ri.monterodovias.com.br).

Até 31 de março de 2022 passaram por nossas concessões 10,2 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia.

Desempenho

Considerando que a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e a aquisição das suas controladas operacionais foi concluída somente em abril de 2021, nas informações contábeis intermediárias não há comparabilidade com os resultados destas controladas no primeiro trimestre de 2021. As análises de resultado econômico-financeiro apresentadas a seguir compreendendo períodos anteriores ao início da consolidação leva em consideração que até o final do mês de abril de 2021, a CBN, a CRA e a CRC estavam sob o controle comum dos seus antigos acionistas. Desta forma, para que traga efeitos de comparabilidade, toma-se como base as informações contábeis combinadas destas concessionárias em conjunto com as demonstrações contábeis individuais da Monte Rodovias e de sua controlada Verona que detém participação direta nestas concessionárias.

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento 2,17% no período de janeiro a março de 2022, quando comparado ao mesmo período de 2021. Assim como no ano anterior, foram observadas ainda a manutenção medidas restritivas em função da pandemia da COVID-19 como a suspensão do Carnaval demonstrando, portanto, uma recuperação orgânica do tráfego das rodovias. No mesmo período, o índice ABCR, que consolida o tráfego apresentou aumento de 7,7%, porém, deve ser considerado que as rodovias administradas pela Monte Rodovias foram bem mais resilientes em

Comentário do Desempenho

relação aos impactos da pandemia do que a média das concessionárias que compõe este índice. As rodovias da Monte Rodovias já recuperaram seus tráfegos pré-pandemia ao longo do último ano, enquanto o índice ABCR ainda apresentou uma frustração de -6,5% em relação ao ano de 2019 ou seja, esse crescimento observado no período pelo índice ABCR, apesar de relevante, serviu ainda como uma recuperação tardia dos efeitos sofridos em 2020, já capturados nas rodovias da Monte Rodovias em 2021. Isso demonstra que o posicionamento regional estratégico das nossas operações conta com uma demanda cativa e resiliente que traz muita segurança a receita das concessionárias. A receita líquida do exercício, desconsiderando a receita da construção, do período encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 57.095 mil, 8,2% maior que a receita líquida do mesmo período em 2021. Além do crescimento do tráfego, destacamos o efeito do reajustamento tarifário da Concessionária Bahia Norte, ocorrido em agosto do último ano, contribuindo significativamente para o aumento da receita do período, quando comparamos com o ano anterior, ainda com a tarifa antiga.

Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa e efeitos não recorrentes, o valor do EBITDA ajustado no período encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 31.115 mil margem de 54,5%. O total de investimentos realizados na sua operação no período encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 9.944 mil.

A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Desenbahia, além de debentures emitidas em 2021 pela Controladora e pelas suas controladas CRC e CRA, quitando financiamentos com BNB e BNDES respectivamente. Estas emissões de debêntures fizeram parte da estratégia da administração para reperfilamento do seu endividamento de maneira a obter maior *duration*, melhor perfil de amortização, liberação de recursos de conta reserva para adequação do fluxo de caixa futuro às necessidades da Companhia. A dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de março de 2022 é de R\$ 810.704 mil, sendo quase 70% pré-fixadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Capri Holding e Participações Societárias Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, foi constituída originalmente como sociedade limitada, mediante contrato social sob o número 35.236.143.190, o qual foi registrado na Junta Comercial de São Paulo em sessão no dia 14 de julho de 2020. Posteriormente, em 21 de setembro de 2020, foi aprovada a transformação do tipo societário de sociedade limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

Em razão da transformação, a denominação social foi alterada para Monte Rodovias Holding e Participações S.A. Em 09 de julho de 2021, a razão social da Companhia foi alterada para Monte Rodovias S.A. ("Companhia" ou "Monte Rodovias").

A Monte Rodovias tem como objeto social: Holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

A Monte Rodovias é controlada direta do M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo de Investimento M Rodovias").

Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Verona Holding Participações Societárias S.A. ("Verona") de seus próprios acionistas, Fundo M Rodovias Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("FIP M Rodovias") e Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda., conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

Em 28 de abril de 2021, a Monte Rodovias integralizou ações subscritas pela Verona com investimento detido na empresa Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CBN. A aquisição das ações da CBN, pelo Fundo de Investimento M Rodovias, controlador indireto da Companhia, se deu após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com seus antigos acionistas e junto ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

A CBN, com sede em Salvador, no Estado da Bahia, foi constituída em 29 de junho de 2010, tem como objeto social a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (AGERBA), pelo prazo de 25 anos.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a vigência do Contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRA após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e, também, junto ao Poder Concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRA.

A CRA, com sede no Cabo de Santo Agostinho, estado de Pernambuco, foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente representado pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco), cujo prazo de concessão é de 35 anos, contados de novembro de 2011, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro.

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Em 30 de abril de 2021, a Verona, controlada da Companhia, concluiu a aquisição e se tornou proprietária da totalidade de ações do capital social da empresa CRC após o atendimento das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrados com seus antigos acionistas e junto ao poder concedente. Desta forma, a partir desta data, a Companhia passa a deter o controle indireto da CRC.

A CRC, com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, foi constituída em 15 de dezembro de 2006, tendo como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta categoria A perante a CVM. A Verona tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades.

Notas Explicativas

1.1. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas

a) CBN

Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial (“OAS”), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias.

b) CRA

Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral estabeleceu o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Foi agendada prolação de sentenças de liquidação para o dia 09 de julho de 2022. Após a sentença as partes terão prazo para eventual pedido de esclarecimento.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21(R4) (Deliberação CVM 673/11) – Demonstração Intermediária, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário. Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela NBC TG 21(R4) (Deliberação CVM 673/11) e com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/Nº 003/2011, a Administração optou por não divulgar novamente o detalhamento apresentado nas Notas Explicativas nº 2 (principais políticas contábeis) e nº 3 (estimativas e julgamentos contábeis críticos) das Demonstrações Contábeis anuais findas em 31 de dezembro de 2021, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas anuais mais recentes. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as Demonstrações Contábeis anuais referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R\$).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2022.

2.2. Consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas Controladas (denominadas em conjunto de “Grupo”).

Nas informações contábeis intermediárias consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Notas Explicativas

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as seguintes entidades:

Companhias consolidadas	Controle	País	Participação no
			capital social (%)
			31/03/2022
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

A Companhia adquiriu sua Controlada direta Verona em 16 de outubro de 2020, e suas Controladas indiretas: CBN em 28 de abril de 2021, CRA e CRC em 30 de abril de 2021. Desta forma, os saldos apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de março de 2021, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.4. Novas normas e interpretações

No trimestre findo em 31 de março de 2022, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas.

3. Combinação de negócios na controlada

Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

Notas Explicativas

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.522	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.230
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.658	119.413	52.486	45.708	363.072	90.598	110.366
Total da contraprestação	-	-	-	-	-	-	370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)	-	-	-	-	-	-	7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	-	-	-	-	48.927	64.315

- (a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11;
- (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão do *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*; e
- (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o reperfilamento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc.

Notas Explicativas

4. Instrumentos financeiros

4.1. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

4.2. Passivos financeiros

Classificação

A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores.

Reconhecimento e mensuração

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

Notas Explicativas

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante.

A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, A Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de março de 2022 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% A.A.	494	330	191	72
Desenbahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	2.104	1.765	1.494	6.634
Desenbahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	911	753	627	2.287
Desenbahia-CBN	CDI + 3%	2.437	1.698	884	448
Debêntures - CRC	CDI + 3,95%	5.836	4.556	2.823	2.640
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17% a.a.	23.046	19.031	18.697	171.901
Debêntures - Monte Rodovias	IPCA + 10,5% A.A.	9.887	9.583	9.531	42.548

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)	7,7%	6,7%	5,9%	5,4%	5,3%	5,3%
CDI (*)	12,4%	12,1%	8,2%	7,4%	6,9%	6,9%
IPCA (*)	7,5%	3,7%	3,2%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Abr./2022.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,06%	7,57%	9,09%
CDI (*)	8,99%	11,24%	13,49%
IPCA (*)	3,91%	4,89%	5,87%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2022 a 2027 das taxas apresentadas acima.

Notas Explicativas

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
BNB - CBN	2026	Alta da TJLP	494	570	645
Desenbahia - CBN	2033	Alta da TJLP	911	1.064	1.216
Desenbahia - CBN	2034	Alta da TJLP	2.104	2.460	2.810

(iv) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
Desenbahia - CBN	2026	Alta do CDI	2.437	2.891	3.334
Debentures - CRC	2026	Alta do CDI	5.836	6.856	7.852

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II adverso possível 25%	Cenário III adverso extremo 50%
Debêntures - Monte Rod	2031	Alta do IPCA	9.887	10.411	10.932
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	23.046	25.916	28.786

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos à essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de março de 2022.

Notas Explicativas

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	Nota	31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	12	671.690	674.285
Debêntures	13	275.327	284.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(107.100)	(119.912)
(-) Fundos restritos	8	(38.654)	(37.912)
Dívida líquida		801.263	800.930
Total do patrimônio líquido		537.802	537.802
Total do capital próprio e de terceiros		1.339.065	1.338.732
Índice de alavancagem financeira - %		40%	40%

5.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	31/03/2022	31/12/2021
		Mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	7	107.100	119.912
Fundos restritos	8	38.654	37.912
Contas a receber	9	14.508	13.415
Outros ativos	-	160	1.094
Total		160.422	172.333
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	12	671.690	674.285
Debêntures	13	275.327	284.469
Fornecedores	-	27.113	14.312
Arrendamentos	14	972	7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	33.870	39.371
Total		1.008.972	1.019.594

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	4	18	33.643	13.169
Aplicações financeiras (a)	986	11	73.457	106.743
Total	990	29	107.100	119.912

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade.

As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Fundos restritos

Em 31 de março de 2022, o saldo de R\$ 38.654 (R\$ 37.912 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%).

8. Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Meios de pagamentos eletrônicos	12	10.470
Poder concedente	-	134
Receitas acessórias	1.068	852
Outros	1.497	2.213
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(185)	(120)
Total	14.509	13.549

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	Consolidado
Movimentação da PECLD	31/03/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	120
(+) Adições	66
(-) Baixas	-
Saldo em 31 de março de 2022	186

Notas Explicativas

9. Investimentos

	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Verona	613.584	622.249

a) Informações acerca das investidas:

	31/03/2022					
	Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
Verona	551.286.324	100	663.649	52.041	611.607	(8.665)
CRC	26.150.154	100	82.449	46.483	35.970	(327)
CRA	141.438.908	100	285.738	216.629	69.110	(643)
CBN	367.759.706	100	1.020.390	758.047	262.343	(3.857)

Movimentação dos saldos de investimentos:

Investidas	Participação	Saldo em 31/12/2021	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em 31/03/2022
Verona	100%	622.249	-	(8.665)	-	-	613.584

10. Intangível

	Consolidado			
	31/03/2022	31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Direito de concessão - mais valia	217.608	(7.905)	209.703	211.887
Edifícios e instalações	176.084	(40.724)	135.360	136.820
Direito de concessão de serviços públicos	433.670	(100.338)	333.332	337.587
Pavimentações e conservação especial	824.729	(282.123)	542.606	555.018
Demais melhorias e ampliações	-	-	-	-
Hardware e equipamentos de pedágio	35.350	(16.064)	19.286	19.754
Desapropriações	53.882	(8.493)	45.389	46.064
Máquinas e equipamentos	16.411	(9.540)	6.871	7.074
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	(9.325)	37.686	38.698
Móveis e utensílios	521	(328)	193	207
Obras em andamento	32.443	-	32.443	16.948
Total	1.837.709	(474.840)	1.362.869	1.370.057
Outros intangíveis				
Softwares adquiridos de terceiros	3.557	(1.469)	2.088	2.069
Marcas e patentes	46	-	46	46
Adiantamento a fornecedores e outros	4619	-	4.619	4.600
Total	8.222	(1.469)	6.753	6.715
Total	1.845.931	(476.309)	1.369.622	1.376.772

Notas Explicativas

Contrato de concessão - infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação	Consolidado 31/032022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.376.772
(+) Adições	15.329
(-) Baixas	-
(-) Amortizações	(20.213)
(+/-) Transferências	(2.266)
Saldo em 31 de março de 2022	1.369.622

11. Empréstimos e financiamentos

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Consolidado	
					31/03/2022	31/12/2021
BNB (i)	CBN	2032	R\$	10% a.a.	243.205	243.996
BNB (ii)	CBN	2035	R\$	8,24% a.a.	183.955	184.507
BNB (iii)	CBN	2033	R\$	2,94% a.a.	170.923	171.456
BNB (iv)	CBN	2026	R\$	TJLP + 4% a.a.	5.113	5.427
Desenbahia (v)	CBN	2034	R\$	TJLP + 3% a.a.	31.451	31.412
Desenbahia	CBN	2031	R\$	10% a.a.	18.938	19.404
Desenbahia (vi)	CBN	2026	R\$	DI + 3% a.a.	19.244	19.223
Custos de captação			R\$		(1.140)	(1.140)
Total					671.689	674.285
Passivo circulante					18.764	16.917
Passivo não circulante					652.926	657.368

- (i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses;
- (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 6 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual;
- (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses;
- (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; e
- (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato.

Notas Explicativas

a) Custo de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

b) Garantias

(i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança corporativa;

c) Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021.

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285
(+) Captação	-
(+) Juros incorridos	10.927
(-) Juros pagos	(10.995)
(-) Amortizações	(2.527)
Saldo em 31 de março de 2022	671.690

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado
2023	42.515
2024	49.582
2024	51.314
2026	51.944
2027 em diante	457.570
Total	652.925

Notas Explicativas

12. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
					31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Debêntures IPCA	Monte Rodovias	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a	77.606	92.439	77.606	92.439
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	-	-	167.159	160.000
Debêntures CDI	CRC	2027	R\$	CDI + 3,95%	-	-	40.000	40.000
Custos de captação e estruturação					-	-	(9.438)	(7.971)
Total					77.606	92.439	275.327	284.468
Passivo circulante					194	-	764	3.131
Passivo não circulante					77.412	92.439	274.563	281.337

- (i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciárias da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva);
- (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora (a) para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"), e (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debentures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia").

Notas Explicativas

(iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da (“Companhia”), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas (“covenants”)

Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021.

- (i) Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida / EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.
- (ii) Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.

Movimentação	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.440	284.469
(+) Juros incorridos	5.167	13.670
(-) Juros pagos	(8.296)	(9.640)
(-) Amortizações	(11.704)	(11.704)
(+) Custos da transação		(1.467)
Saldo em 31 de março de 2022	77.607	275.328

Prazos de vencimento

2023	2.401
2024	4.175
2025	7.087
2026	13.186
2027 em diante	247.714
Total	274.563

Notas Explicativas

13. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controladas, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.

Direito de uso (Ativo)

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445
(+) Adições	66
(-) Amortizações	(406)
(-) Baixas	(4.710)
(-/+ Transferências	742
Saldo em 31 de março de 2022	1.138

Arrendamento (Passivo)

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Passivo circulante	1.008	1.554
Passivo não circulante	54	5.603
Total	1.062	7.157

Movimentação	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157
(+) Adições	66
(+) Apropriação de juros	87
(-) Baixas	(6.249)
Saldo em 31 de março de 2022	1.061

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 3,20% a.a. para o período de 01/01/22 a 31/03/22 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:

	Passivo de arrendamento Consolidado 31/03/2022
Fluxo real	
Passivo de arrendamento	1.062
Despesa financeira	(87)
Fluxo inflacionado	
Passivo de arrendamento	1.115
Despesa financeira	(92)

A Companhia e suas controladas não possuem outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

Notas Explicativas

14. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2022, o Grupo possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa em atendimento ao Pronunciamento CPC 25 – provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, sendo:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Cíveis	4.511	4.060
Trabalhistas	607	586
Tributárias	142	-
Outras	308	-
Total	5.568	4.646

Em 31 de março de 2022, as Controladas, tem ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 17.572 (R\$ 10.015 em 31 de dezembro de 2021).

15. Provisão para conserva especial

Em 31 de março de 2022, o Grupo apresentava saldo de R\$ 744 no passivo circulante e R\$ 11.717 no passivo não circulante, totalizando R\$ 12.461 (R\$ 14.091 em 31 de dezembro de 2021), referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo:

- (i) R\$ 9.367 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente os últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses;
- (ii) R\$ 2.503 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses; e
- (iii) R\$ 591 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.

16. Outras obrigações

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Cotas de FIDC a pagar (a)	18.134	18.134
Contribuição ao fundo socioambiental (b)	808	789
Outras obrigações (c)	4.827	4.588
Total	23.769	23.511

- (a) Obrigação referente à cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, adquiridas em 28 de dezembro de 2021.
- (b) Contribuição ao fundo socioambiental: Fundo criado pela controlada CRC, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental; e
- (c) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiantamento de clientes.

Notas Explicativas

17. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2022, O Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	57.026	54.715
Diferenças temporárias	(16.014)	(16.195)
IR/CSLL diferido sobre Ganho por Compra Vantajosa	(38.502)	(38.502)
Outros	189	255
Ativo diferido, líquido	2.699	272

As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado
2022		926	1.075	2.002
2023	513	1.392	3.874	5.779
2024	850	1.974	5.893	8.717
2025	1.265	2.648	7.123	11.036
2026 em diante	90	23.387	6.017	29.494
Total	2.717	30.327	23.983	57.027

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2022		31/03/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.098)	(16.525)	(12)	(134)
IR e CSLL à alíquota da legislação, 34%	4.793	7.259	4	46
Adições / exclusões permanentes	(2.946)	(2.986)	-	(41)
Adições / exclusões temporárias	-	(120)	-	-
Outras adições/exclusões	-	65	-	-
IR e CSLL correntes constituídos no período	-	-	-	-
IR e CSLL diferidos constituídos no período	-	2.427	-	-
Total de IR e CSLL no resultado	-	-	-	-
IR e CSLL diferidos não constituídos no período	1.847	1.847	4	4

Notas Explicativas

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações).

Em 22 de novembro de 2020, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do Afac realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600.

Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 400.

Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4).

Em 09 de julho de 2021, foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas como conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (Afac), no montante de R\$ 400.

b) Reservas legal e de lucros

- (i) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital; e
- (ii) O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2021 era R\$ 79.635 e a Companhia registrou prejuízo de R\$ 14.098 no período findo em 31 de março de 2022.

19. Receitas

	Consolidado
	31/03/2022
Receitas de pedágio	60.593
Demanda de risco	699
Receitas acessórias	1.275
Impostos e contribuição sobre serviços	(5.452)
Outras deduções	(19)
Receita líquida de serviços	57.096
Receita de construção	14.829
Receita líquida	71.925

Notas Explicativas

20. Custos

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/03/2022</u>
Custos de pessoal	(8.449)
Serviços de terceiros	(5.283)
Materiais, equipamentos e veículos	(1.273)
Gastos gerais	(2.287)
Provisão de conserva especial	(261)
Depreciação e amortização	(19.272)
Custos dos serviços prestados	(36.826)
Custos de construção	(14.681)
Total	(51.506)

- (a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – contratos de concessão e OCPC 05.

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/03/2021</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Despesas com pessoal	(124)	(4.090)	-	-
Serviços de terceiros	(88)	(3.698)	(1)	(123)
Gastos gerais	(32)	(4.467)	(11)	(11)
Depreciação e amortização	-	(2.422)	-	-
Total	(244)	(14.677)	(12)	(134)

22. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/03/2022</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Descontos obtidos	-	43
Rendimentos de aplicação financeira	1	2.377
Atualização monetária ativa	-	411
Receitas financeiras	1	2.831
Juros de empréstimos e financiamentos	-	(10.765)
Juros de debentures	(5.167)	(13.670)
Juros de contratos de arrendamento	-	(67)
Outras despesas financeiras	(23)	(701)
Despesas financeiras	(5.190)	(25.203)
Resultado financeiro, líquido	(5.189)	(22.372)

Notas Explicativas

23. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

	31/03/2022		31/03/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(14.098)	(14.098)	(134)	(134)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	472.264	472.264	1	1
Lucro (prejuízo) por ação - Em reais	(29,85)	(29,85)	(134,26)	(134,26)

24. Partes relacionadas

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 25 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 25 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de março de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 800 de dividendos a receber de sua controlada Verona (R\$ 22.000 em 31 de dezembro de 2021).

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março 2022, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.334 (R\$ 377 em 31 de março de 2021), referente à remuneração dos administradores. Em 31 de março de 2021 a Companhia ainda não consolidava nos seus resultados os investimentos realizados pela sua controlada direta Verona, que ocorreram em abril de 2021.

25. Contratos

a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Notas Explicativas

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrios tarifário.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

b) Contrato de concessão – CRC

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

c) Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

Notas Explicativas

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

26. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro a seguir:

Modalidade	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Vigência					
Monta Rodovias			agosto-22		
CBN	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	agosto-22	setembro-22
CRC	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	setembro-22
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	
Cobertura					
Monte Rodovias			40.000		
CBN	250.000	40.000	40.000	39.484	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	679	1.000
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035	

27. Eventos subsequentes

As obrigações referentes a cotas de FIDC por cessão a título oneroso (Nota Explicativa nº 17), previstas inicialmente para serem pagas em 30 de abril de 2022, ainda não foram quitadas devido a algumas discussões e negociações com as contrapartes.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Monte Rodovias S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Monte Rodovias S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN") e Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")

Conforme descrito na Nota Explicativa no 1.1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a CBN e a CRA, controladas indiretas da Companhia, são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio Expressway, que teve como objetivo de dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção.

Com relação ao processo arbitral movido contra CBN, este encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória.

No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Com relação ao processo arbitral movido contra CRA, em 1o de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das requerentes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido, em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Até a presente data aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA.

De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2021 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é (ii) sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias;

e (iii) em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA.

Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 31 de março de 2022 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2022

Ednilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia"), declara que reviu, discutiu e concorda com as informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi
Diretor Presidente
CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam
Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
CPF nº 270.314.858-51

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Nos termos das disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que a Diretoria da Monte Rodovias Holding e Participações Societárias S.A. ("Monte Rodovias" ou "Companhia"), declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais Grant Thornton Auditores Independentes das informações contábeis intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 13 de maio de 2022.

Julio Cezar Troiano Zogbi
Diretor Presidente
CPF nº 269.270.978-05

Fábio Bonini Tararam
Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
CPF nº 270.314.858-51